

Sobre o sentimento de
inautenticidade da vida cultural
brasileira na Primeira República:
*uma leitura de Oliveira Vianna
e Manoel Bomfim*



Adalmir Leonídio

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP), e do Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada da USP. leonidio@usp.br

Capas dos livros *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, 1987, e *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, 1993.

Sobre o sentimento de inautenticidade da vida cultural brasileira na Primeira República: uma leitura de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim

On the feeling of inauthenticity of Brazilian cultural life in the First Republic: a reading by Oliveira Vianna e Manoel Bomfim

Adalmir Leonídio

RESUMO

Este texto analisa o sentimento de desconcerto e inautenticidade das ideias modernas no contexto atrasado da Primeira República no Brasil. Está baseado nas concepções de dois importantes e diferentes autores do período, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim. Busca, especificamente, mostrar em que medida e de que modo esses autores expressaram aquela sensação de desconforto, bem como seu significado.

PALAVRAS-CHAVE: Ideias modernas; cultura brasileira; Primeira República.

ABSTRACT

This text analyzes the feeling of bewilderment and inauthenticity of modern ideas in the backward context of the First Republic in Brazil. It is based on the ideas of two important and different authors of the period, Oliveira Vianna and Manoel Bomfim. It specifically seeks to show to what extent and in what way these authors express that feeling, as well as its meaning.

KEYWORDS: *Modern ideas; Brazilian culture; First Republic.*



Em nossa formação histórica, o convívio entre traços burguês e pré-burguês, moderno e pré-moderno gerou uma sensação permanente de desconcerto em relação às ideias modernas. Esta sensação assumia, em geral, duas formas principais: as ideias modernas não combinavam bem com nossa realidade atrasada, apesar de os autores a defenderem; as ideias modernas não nos serviam, eram exóticas no país e por isso deviam ser combatidas, via de regra em nome de ideias mais originais, mais condizentes com nossa realidade.

A primeira vertente pode ser facilmente observada entre liberais no século XIX, conforme mostrou Roberto Schwarz em um conhecido texto.¹ A segunda só surgirá no país com a Primeira República, tendo em Oliveira Vianna um de seus mais importantes expoentes. Uma variante das duas pode ainda ser encontrada em Manoel Bomfim, bem mais refinada e complexa e que por isso não me arrisco a classificação, mas que vale o debate, como veremos.

Assim, percebido por brasileiros e estrangeiros ao longo de todo o século XIX, o sentimento de inadequação das ideias modernas em contexto nacional é parte intrínseca da experiência brasileira e latino-americana do “cará-

¹ Ver SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

ter postigo, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos”.² Com a República, este sentimento será levado ao paroxismo. E há todo um conjunto de coisas que contribuem para isso: o fim do trabalho servil; a adoção da forma republicana e democrática de governo; o avanço, ainda que vagaroso, da indústria nacional; as comemorações dos quatrocentos anos da descoberta do Brasil; o centenário da Independência; a Semana de Arte Moderna etc. Mas apesar dos parâmetros definidores de modernidade, era notório por todos que o Brasil continuava a patinar no atraso: o negro não encontrava lugar na comunhão nacional do trabalho; hordas de miseráveis vagavam pelo campo e pela cidade em busca de terra e emprego; as políticas de valorização do café sufocavam a indústria; as fraudes eleitorais, os esquemas de dominação oligárquicos, os sucessivos estados de sítio dominavam a política nacional, entre outras aberrações.

Vários autores tentarão encontrar, simultaneamente, uma interpretação deste atraso e um lugar para o Brasil no concerto das nações civilizadas. Alguns vão ver neste atraso as marcas da brasilidade desejada, outros, ao contrário, vão bater-se contra ele, numa busca desesperada de um sentido para nossa modernidade. Há ainda aqueles que buscarão harmonizar as duas coisas, atraso e progresso, para não abrir mão de nenhum dos dois. O presente ensaio busca uma interpretação deste sentimento, sempre ambíguo e cheio de possibilidades analíticas, e assim contribuir para o eterno debate, mais atual que nunca, sobre a dualidade estrutural de nossa formação histórica.

Mas, pode-se argumentar, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim, mais aquele do que este, já acumulam uma fortuna crítica razoável. De modo que o que pode justificar mais uma análise sobre os dois autores? Cabe inicialmente dizer que, em que pesem as teses e artigos acadêmicos específicos sobre os dois autores, as grandes obras de referência em história das ideias no Brasil, das mais antigas às mais recentes, tais como Antonio Candido³, João Cruz Costa⁴, Antônio Paim⁵, Afrânio Coutinho⁶, Wilson Martins⁷, Alfredo Bosi⁸, Sérgio Miceli⁹, Luiz Antonio de Castro Santos¹⁰, entre outros, fazem pouca ou nenhuma menção aos dois autores. Mas, naquilo que dizem, há poucas discordâncias entre eles. E o que dizem? Em linhas gerais, são três os aspectos principais das diferentes análises: o racismo, o nacionalismo e o autoritarismo de ambos os autores, sem a necessária combinação entre eles.

Em Afrânio Coutinho é o nacionalismo, a “tradição afortunada” de nossa cultura, seu colorido peculiar, o traço principal a partir do qual pensa os dois autores. Antecipando polêmica que viria pouco depois, nega o caráter postigo, emprestado desta cultura, na medida em que ela teria se adaptado ao meio brasileiro. Na literatura ou na história é o mesmo “sentimento nativista”,

² SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 48.

³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1957].

⁴ COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

⁵ PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

⁶ COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

⁷ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, v. 6. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996 [1976].

⁸ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1996.

⁹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁰ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento social brasileiro*. Campinas: Edicamp, 2003.

como expressão do caráter nacional de nossa cultura que se observa: “orgulho pelos fatos históricos, pelas façanhas guerreiras, pelas façanhas desbravadoras do sertão”, pelo “homem brasileiro”, o caráter do seu povo e de sua civilização.¹¹ Em suma, segundo Coutinho, não há que se falar em sentimento de inautenticidade em Oliveira Vianna e Manoel Bomfim.

Wilson Martins dedica várias páginas de seu livro a Oliveira Vianna, que, segundo ele, teria sido influenciado pelas teorias de Lapouge e Goubineau. Contudo, apesar da opinião predominante em sua época, nega que o racismo seria estruturante em sua obra e que o próprio autor teria se esforçado por abandoná-lo a partir de *Evolução do povo brasileiro* (1923). Ao lado do racismo, outro aspecto polêmico que teria determinado pesados ataques à sua obra seria sua “notória simpatia pelos governos autoritários e corporativos”. Dividindo opinião com Azevedo Amaral, Oliveira Vianna teria visto no Estado Novo uma “democracia autoritária”, mas não um regime totalitário. Seu mestre, neste sentido, seria Alberto Torres. Em suma, para Martins, os aspectos mais marcantes da obra de Oliveira Vianna são seu autoritarismo e seu racismo ou suposto racismo. Sobre Manoel Bomfim quase não fala nada, apenas que este, como aquele, aspirava a um governo forte, ainda que sob a legenda do comunismo.

Antônio Paim quase reduz a obra de Oliveira Vianna à sua contribuição para a elaboração do pensamento autoritário, que teria predominado durante a Primeira República. Mas, nesse sentido, pouco teria acrescentado ao que já havia dito Wilson Martins e Jarbas Medeiros¹² pouco antes que ele. Sua grande contribuição, no entanto, inspirada nas análises de Wanderley Guilherme dos Santos, num texto de 1974, é o conceito de “autoritarismo instrumental”, bem como a ideia de seu prolongamento para além de Oliveira Vianna, no Estado Novo e no período militar pós 64. Nesta forma “original”, “brasileira” de autoritarismo, Oliveira Vianna teria unido o projeto autoritário de Pombal e o liberal-democrático de Rui Barbosa, numa forma tardia de ecletismo. O autoritarismo seria então um “instrumento” transitório a que “cumprir recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas”.¹³

Apesar da oposição autêntico/inautêntico apontada por Paim para caracterizar o autoritarismo de Oliveira Vianna, nada mais é dito quanto a isso. Análise bem mais densa e significativa para a discussão que propomos foi feita por Alfredo Bosi alguns anos mais tarde. Seria o primeiro a pensar Oliveira Vianna a partir de uma tradição cultural que viveu “com maior ou menor dramaticidade uma consciência dividida entre a sedução da cultura ocidental e as exigências do seu povo”¹⁴, sendo por isso agrupado junto a outros autores pré-modernistas ligados ao pensamento social brasileiro, tais como Alberto Torres e Manuel Bomfim. Em todos eles, a característica mais marcante é que “o estudo veio a desdobrar-se em programas de organização sócio-

¹¹ Cf. COUTINHO, Afrânio, *op. cit.*, p. 179.

¹² Ver MEDEIROS, Jarbas. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro — Oliveira Vianna. *Revista de Ciência Política*, n. 16, Rio de Janeiro, 1974.

¹³ PAIM, Antônio. Introdução [1982] In: VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*: edições do Senado Federal, v. 27. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 35.

¹⁴ BOSI, Alfredo, *op. cit.*, p. 345.

política". O "nacionalismo sistemático" do grupo representaria, por isso, a crise do liberalismo abstrato e sua incapacidade de pensar o progresso do povo brasileiro. A única diferença que estabelece entre Manuel Bomfim e Oliveira Vianna é que enquanto este estava preso aos esquemas arianizantes de Lapouge e Gobineau, bem como ao corporativismo típico da época, Manuel Bomfim denunciava os preconceitos neocolonialistas de raça e pensava em termos de sistema social e educacional como formas de superar o atraso do país.

Luiz Antônio de Castro Santos destaca duas correntes de nacionalistas no Brasil da Primeira República. Uma que sonhava com um Brasil moderno e via como solução para isso a europeização do país por meio da vinda de imigrantes. Outro grupo queria buscar no interior do país as raízes da nacionalidade. Entre as duas, tentando concilia-las, estaria Oliveira Vianna. Mas nada diz sobre Manoel Bomfim.¹⁵

Justamente por isso, uma das obras mais importantes sobre Manoel Bomfim vai significativamente chamar-se *O rebelde esquecido*.¹⁶ Sua questão central era entender as razões do esquecimento de Manoel Bomfim. Para isso, recorreu ao conceito de hierarquia de relevância de Pierre Bourdieu: falar sobre os ícones do pensamento social brasileiro confere prestígio e notoriedade a quem fala e ao mesmo tempo reitera ou perpetua o lugar de ícone de determinados autores. Ao contrário, os autores pouco citados, tidos como de pouca relevância não transmitem renome acadêmico àqueles que o elegeram como tema de estudos. Mas qual a origem de sua "pouca relevância"? Aqui o autor elenca três razões principais: a recusa em pertencer à Academia de Letras; a recusa em polemizar com Silvio Romero, tido como o mais ou um dos mais importantes críticos em sua época; o fato de elaborar um contradiscurso, uma vez que se opôs às teorias raciais dominantes, o que foi considerado uma afronta pelas elites da época; a heterodoxia de seu "comunismo"¹⁷ em relação às ideias dominantes do PCB e da III Internacional; e até seu estilo empolado.

Mas o mais importante na abordagem de Ronaldo Conde Aguiar para os fins da análise que aqui propomos está na justificativa que o autor utiliza para falar sobre Manoel Bomfim. Por que, afinal, escolher um autor tido como de pouca relevância, afora o fato elementar de mostrar sua real relevância?

*Na verdade, eu estava enjoado de ler e reler os sucessivos autores estrangeiros da moda, cujas exuberâncias teóricas, pensadas noutras paragens e contextos, vinham contribuindo bem pouco para o real entendimento dos acertos e desacertos da formação social brasileira. Minha certeza era a de que os autores brasileiros de marca tinham apontado, em diferentes momentos da nossa história, as causas mais profundas das mazelas sociais e políticas do país. Por que, então, essa mania nacional de buscar nos autores estrangeiros da moda o que tantos já haviam pensado e escrito tão bem por aqui, no Brasil?*¹⁸

¹⁵ Cf. SANTOS, Luiz Antônio de Castro, *op. cit.*

¹⁶ AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. Sobre o tema ver também LEONÍDIO, Adalmir. Em torno das origens: Leroy-Beaulieu e o pensamento social brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, Rio de Janeiro, 1999.

¹⁷ Este é um dos temas de minha tese de doutorado. V *idem*, *Positivismo e utopia: as idéias do socialismo utópico no Brasil na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁸ AGUIAR, Ronaldo Conde, *op. cit.*, p. 13.

Fora a solução um tanto forçada e inusitada, para não dizer nada original, de usar um autor estrangeiro, no caso Bourdieu, para falar da importância de autores cem por cento nacionais, o problema remete mais uma vez à formulação de Roberto Schwarz em “Nacional por subtração” e que elegemos como chave de leitura da cultura brasileira durante a Primeira República e que até aqui foi pouquíssimo explorada, estando quase restrita às análises sobre o século XIX.

A história nacional de Oliveira Vianna

Populações meridionais do Brasil (1918), a primeira grande obra de Oliveira Vianna (1883-1951), está inteirinha marcada pela oposição autêntico/inautêntico, local/universal: “Todo o meu intuito é estabelecer a caracterização social do nosso povo, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original”.¹⁹ E o acento no local vai a tal ponto, que o certo mesmo seria dizer “povos brasileiros”, dada a falta de unidade da “evolução nacional”, o que leva o autor a distinguir pelo menos “três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho”.²⁰

Mas apesar desta diversidade nacional, Vianna parece eleger um “tipo nacional”, o matuto, característico das regiões montanhosas do estado do Rio de Janeiro, do “grande maciço continental de Minas Gerais e dos platôs agrícolas de São Paulo”. Isso porque, “sobre a evolução nacional, a sua influência é das maiores, das mais acentuadas”. Mas quais seriam as razões desta preponderância? “Primeiro porque o peso específico da massa social do país é dado pelo homem da formação agrícola, pelo cultivador de cana, de café e de cereais, cujo representante típico é o matuto do centro-sul”. Os próprios “tipos urbanos” não passariam de variantes do sertanejo, do matuto e do gaúcho. “Segundo, porque o grande centro de gravitação da política nacional, depois da Independência, se fixa justamente dentro da zona de elaboração do tipo matuto”.²¹ Em suma, a “matriz da nacionalidade” pretendida estaria no meio rural.

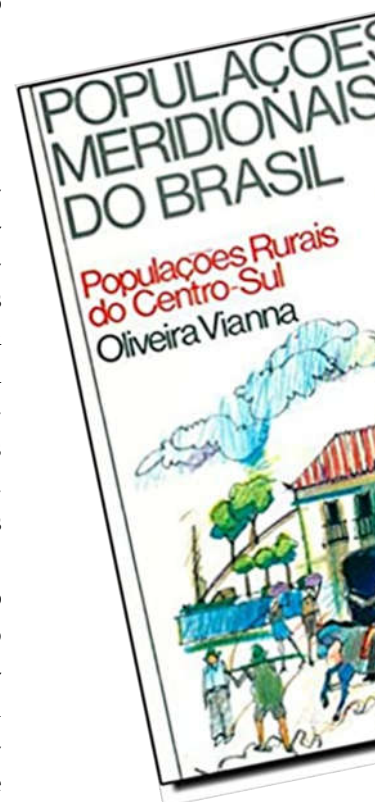
O objetivo central de Oliveira Vianna parece ser o de chamar a atenção para a realidade circundante autêntica e denunciar o vizo de copiar instituições europeias inautênticas:

O sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães-generais, desapareceu, com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho. Os métodos objetivos e práticos de administração e legislação desses estadistas coloniais foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o país depois da sua independência. O grande movimento democrático da Revolução Francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a república americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, po-

¹⁹ VIANNA, Oliveira, *op. cit.*, p. 51.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 52.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 53 e 54.



*líticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltorniza completamente a visão nacional dos nossos problemas.*²²

Em *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), Oliveira Vianna voltaria ao problema do modelo e da cópia. Merece destaque o estudo do papel dos governos fortes no regime presidencial. Segundo nosso autor, “a vocação íntima do instinto nacional” reclamava um governo forte; essa era a aspiração da nossa consciência coletiva. Nega os modelos europeus de governo forte, fosse os regimes absolutistas monárquicos ou as ditaduras republicanas positivistas. Tratava-se de chegar a um “conceito brasileiro” de governo forte. É aqui que ele lança os temas centrais do debate político nacional dos anos seguintes: a inexistência de verdadeiros partidos e a corrupção da democracia liberal. Por isso, o presidente forte deveria estar acima dos partidos e dos grupos de interesses. O tema voltaria à tona em *Problemas de política objetiva* (1930):

*Há evidentemente em tudo isto um grande equívoco, uma grande ilusão, que perturba a visão exata das realidades nacionais a todos esses descentristas e autonomistas, que são, afinal, aqui, todos os espíritos que se jactam de liberais e adiantados. Porque é preciso recordar, com Seeley, que a liberdade e a democracia não são os únicos bens do mundo [...] Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento.*²³

Mas em nenhum outro livro o sentimento de desajuste entre nacional e universal será tão marcante quanto em *Evolução do povo brasileiro*, escrito sintomaticamente em 1922, sob a euforia da Semana de Arte Moderna. Começa por se opor à moda indutivista da ciência de seu tempo, segundo a qual, a partir de um punhado de observações particulares era possível chegar a níveis mais elevados de generalização. Assim como Spencer havia chegado a leis gerais da evolução, muitos sociólogos e historiadores haviam chegado igualmente às “leis gerais da evolução dos povos”. Assim como os povos caçadores-coletores haviam evoluído para a agricultura e desta para a indústria e as cidades, no plano político “todos os povos haviam passado pelas mesmas fases, ou haviam de passar. Primeiro a monarquia. Depois a aristocracia. Por fim a democracia”.²⁴ Em oposição a estes princípios universais da evolução e de acordo com as ideias “moderníssimas” de Gabriel Tarde, Vianna propõe o conceito de “pluralidade das linhas evolutivas”, onde o detalhe, o particular tem preeminência sobre o geral e universal: “Desde o momento em que a ciência confessava a sua ilusão e reconhecia que as leis gerais, a que havia chegado, não correspondiam à realidade das formas infinitas da vida, compreendi que a melhor coisa a fazer não era insistir por encerrar a nossa evolução nacional dentro dessas fórmulas vãs ou querer subordinar o nosso ritmo evolutivo a um suposto ritmo geral da evolução humana”.²⁵

E a crítica aqui tem endereço certo, a tradição liberal oitocentista, espécie de “planta de estufa” herdada pela República de seu tempo: “Já mostrei no

²² *Idem, ibidem*, p. 259.

²³ *Idem, Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, p. 97.

²⁴ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1956, p. 21.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 37.

meu ensaio sobre *O idealismo na evolução política*, como tem sido funesto para nós esse preconceito da absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados e como esse preconceito, com que justificamos a imitação sistemática das instituições europeias, nos tem valido, há cerca de cem anos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes”.²⁶

Mas como o modelo é um fato histórico no país e não uma mera abstração de meia dúzia de intelectuais, interessava investigar como a “tradição local” teria influenciado de forma fatal e definitiva “os destinos das instituições importadas e das ideias imitadas”. Esta tradição local teria múltiplas origens: a raça, o clima, a geografia, a história. Seria na observação destes detalhes locais que se chegaria a um juízo científico mais exato sobre a evolução e o caráter nacional de um povo.²⁷

Para fazer isso, Vianna dividiu a “evolução do povo brasileiro” em três momentos principais: “evolução da sociedade”, “evolução da raça” e “evolução das instituições”. E estes três momentos, por sua vez, estão divididos em três períodos históricos: Colônia, Império e República. Na primeira parte, fica nítida a admiração de nosso autor pelo período colonial, exemplo de organização — econômica, social, política e racial — influenciada unicamente pelos fatores locais. Portanto, a nossa história autêntica é aquela que se desenvolve durante o período colonial. O que vem depois é mera cópia e adaptação a modelos estrangeiros. Origem de todo mal-estar do autor, conforme veremos.

O primeiro traço significativo a revelar esta cor local é o predomínio do campo sobre a cidade, sendo “o urbanismo condição moderníssima da nossa evolução social”, quer dizer, recente, fora da nossa tradição colonial mais viva e significativa. Foi no campo que se formou “a nossa raça e se elaboraram as forças íntimas da nossa civilização”²⁸, uma “civilização de raízes rurais”, como diria outro historiador alguns anos depois.²⁹

O que explicaria este predomínio seria, antes de mais nada e acima de tudo, a ausência de riquezas imediatamente exploráveis e comercializáveis, como especiarias ou metais preciosos. Mas ao contrário de outros povos, e apesar de os portugueses serem “um povo de pequenos proprietários”, predominou entre nós a grande propriedade. A razão principal para isso é que os primeiros colonizadores “não eram homens do povo”, mas “fidalgos arruinados”, que buscavam “reconstruir, nas aventuras do novo mundo, as bases da sua fortuna destruída”.³⁰

Estes “elementos aristocráticos” seriam o centro de gravitação da nova sociedade em formação, procurando viver “à maneira fidalga”. E todos os “demais elementos” “procuram seguir estes modos de vida”. O predomínio destes “sentimentos aristocráticos” é que tornam “o ambiente colonial o menos propício à instituição da pequena propriedade e da pequena cultura”, que é “essencialmente democrática”. Sempre que possível, todos querem ser latifundiários e viver como fidalgos. Em suma, o ambiente não é propício ao estilo de vida democrático da pequena propriedade. E apesar de sua aversão aos

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 39. O tema já estava presente em *Idealismo da constituição*, que é de 1922.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 40.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 55.

²⁹ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁰ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, op. cit., p. 57 e 58.

modelos, a conclusão não poderia ser mais modelar: “Esses fidalgos vêm de uma sociedade ainda modelada pela organização feudal: só o serviço das armas é nobre, só ele honra e classifica. Falta-lhes aquele sentimento da dignidade do labor agrícola [...] Eles vêm de uma sociedade organizada aristocraticamente, assentada sobre a base dos morgadios, de terras lavradas pelo braço dos servos”.³¹

Desse nosso “feudalismo” original resultariam todas as demais amarras da sociedade colonial. Nossos servos da gleba seriam os escravos, também estes uma decorrência natural das condições da época: a falta de braços em Portugal para povoar o Brasil. Aqueles que não eram uma coisa nem outra, os “deserdados, os pobres” se abrigavam sob a sombra dos grandes sesmeiros, “como foreiros ou rendeiros”, “subordinada à classe aristocrática por uma espécie de laço feudal, resultante do contrato de aforamento”. Além dos “serviçais do domínio” e dos “rendeiros e foreiros”, havia todo um agrupamento de pessoas, muito mais extenso, que se agregava ao “senhor feudal” por típicos laços de vassalagem: os “pequenos comerciantes de aldeia”, os “pequenos proprietários”, os “oficiais de ofícios manuais”, os “chefes de pequenas indústrias urbanas” e os “funcionários da administração local”. Essa concentração enorme de pessoas dentro dos latifúndios, “torna os engenhos uma pequena sociedade, complexa, heterogênea, poderosamente estruturada” e com grande autonomia. Do que resulta seu isolamento em relação às demais unidades iguais a ela. Esses “núcleos autônomos” dariam à sociedade colonial “um aspecto ganglionar e dispersivo”.³²

Indo um pouco mais longe na interpretação de nosso feudalismo, o autor vê nos índios bravios e nos negros fugidos a força local a impulsionar a organização militar de nossos potentados rurais. Os engenhos se tornam, assim, “verdadeiras fortalezas”, com seus soldados contando-se em “centenas ou milhares”. Uma nobreza armada, com todo o prestígio que isso lhes confere: “a importância social dos grandes senhores é dada pelo número de homens de que eles podem dispor”. E é aqui justamente onde fica evidente toda a admiração de Oliveira Vianna por nossa formação colonial, marca da autenticidade nacional: “Em virtude mesmo da seleção militar, imposta por essas condições especiais da conquista, forma-se, no interior rural, uma raça de homens admiráveis, rijos de corpo e rijos de alma, capazes de empresas homéricas. Os paulistas, por exemplo”.³³

Caçando índios, explorando ouro, erguendo engenhos ou abrindo “vastos latifúndios criadores”, esta nobreza em armas teria então vital importância na ocupação do país. E aqui, mais uma vez é inevitável a comparação com a Europa medieval: “Nessa estupenda projeção dos nossos grupos colonizadores para o interior, há qualquer coisa que recorda a formidável contradição de povos bárbaros, ao abrir-se a Idade Média”, em suma, a “mesma impetuosidade belicosa dos grupos em migração”.³⁴

Esta forma de conquista do interior, por meio de “bandos instáveis”, teria agravado ainda mais o “aspecto ganglionar e dispersivo” da sociedade

³¹ *Idem, ibidem*, p. 61.

³² *Idem, ibidem*, p. 76-78.

³³ *Idem, ibidem*, p. 81-86.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 102.

colonial. E isto teria uma influência decisiva sobre a organização dos poderes públicos e sobre a evolução das instituições políticas. A “originalidade americana” era, portanto, a fragmentação do poder, correspondente à situação geográfica e à organização social, “como meio melhor de defesa e administração”.³⁵ Aqui mais uma vez o modelo é o feudalismo, cuja estrutura política típica, como se sabe, é o parcelamento do poder: o governo geral divide-se em governos regionais, estes em capitânicas gerais, estas em capitânicas secundárias, estas em comarcas, distritos e termos, algo como os principados, ducados etc. Em cada um destes centros administrativos o poder se distribui entre “ouvidores”, “juizes de fora”, “capitães mores”, “comandantes de destacamentos” etc. Estes “centros de autoridade local” seriam praticamente autônomos e sofreriam pouca influência do poder central, sendo “a unidade política uma ficção vistosa”. Mas a base de todo o poder seriam os “caudilhos locais”, verdadeiros centros da “autoridade efetiva” na colônia: “Monopolizando a autoridade política, a autoridade judiciária e a autoridade militar dos poderes constituídos. São eles que governam, são eles que legislam, são eles que justificam, são eles que guerreiam contra as tribos bárbaras do interior, em defesa das populações que habitam as vizinhanças das suas casas fazendeiras, que são como que os seus castelos feudais e as cortes dos seus senhorios”.³⁶

Nossa “particularidade”, nossa “especificidade” nacional é, portanto, a “fragmentação do poder”. Tudo isso viria depois comprometer-se com a ideia artificial dos estadistas imperiais, defensores da “uniformidade política”, isto é, da centralização do poder. Artificial, antes de mais nada, porque esta nova estrutura política não teria nenhuma correspondência com a organização social do Império, toda ela uma herança melhorada da organização social da colônia. Passado o período da conquista do território nacional, os “hábitos guerreiros” se abrandaram e “os hábitos próprios às populações sedentárias e agrícolas se consolidaram nas tradições rurais”. Socialmente, portanto, o período imperial seria dominado por um “remanso amorável e ameno, onde domina uma aristocracia rural majestosa na sua grandeza moral, soberbamente assentada sobre bases econômicas de perfeita estabilidade”.³⁷

Portanto, na avaliação da obra política do Império, Oliveira Vianna é bastante ambíguo. Por um lado, deplora a ação centralizadora dos conservadores, porque ela ignora as diferenças regionais e propõe “a uniformidade de um mesmo tipo de organização política a todas as diversidades regionais e locais”. Mas, por outro, reconhece a importância da mesma centralização na obra da construção nacional e no disciplinamento das forças dispersivas da nação. Ao mesmo tempo, censura a “influência das ideias exóticas”, que agitavam a Europa por essa época — “o liberalismo, o parlamentarismo, o constitucionalismo, o federalismo, a democracia, a república” — e que seriam a bandeira dos liberais descentralizadores.³⁸ Em suma, os conservadores seriam os realizadores da obra nacional, mas os liberais estariam mais próximos, quem o diria, de nossa originalidade formadora: “Há muita sugestão doutrinária e exótica nesse apelo à descentralização. Há porém nele um inegável

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 209.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 217.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 104.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 244-246.

fundamento nacional. Dá-se aqui uma coincidência entre as teorias políticas e a nossa realidade americana. Os descentralizadores — federalistas, municipalistas, liberais, enfim — não são apenas teóricos ou sonhadores: eles exprimem também um estado d’alma nacional”.³⁹

Em sua obra, nunca ficará resolvida essa oscilação pendular entre a originalidade exótica do liberalismo e o “senso prático nacional” dos conservadores. De modo que a grande obra da unidade nacional será postergada para a república. Mas mesmo aí ela não será resolvida. E nunca terá o selo da originalidade desejada.

Segundo Oliveira Vianna, todo o movimento histórico que levará à república inicia-se com a abolição da escravidão, que abalou “toda a sociedade rural” e, conseqüentemente, “seus fundamentos tradicionais”. É daí e só daí que decorre o desmoronamento de “nossa aristocracia territorial” e daí também “a rápida formação de grandes centros urbanos durante o triênio republicano”. Não se trata de um movimento generalizado, mas restrito aos centros industriais mais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte.⁴⁰

Do ponto de vista político, a maior descentralização do modelo federativo teria efeitos nefastos sobre a instabilidade iniciada com a abolição da escravidão e o crescimento dos centros urbanos. De modo que, se voltávamos aos fundamentos do período colonial, não contávamos agora com o brilho e o poder da classe que lhe deu suporte:

*Há uma sublevação das camadas sociais, que se invertem e misturam: a Nação assiste, atônita, à aparição, ao lado das grandes figuras do republicanismo histórico, de uma chusma de personalidades entrelopas, sem nenhuns títulos que credenciem a sua ascensão; mas todas batalhando com audácia e veemência pela posse do poder e pela direção do país. Os elementos sociais, nessa sociedade sacudida do terremoto, movem-se desordenadamente, como moléculas atuadas por forças divergentes.*⁴¹

Esse aspecto anômico da sociedade brasileira advindo com a República tem amparo igualmente na explicação racial dada por Oliveira Vianna à “evolução do povo brasileiro”. Isto porque haveria uma tendência miscigenadora que estaria fazendo desaparecer a aristocracia ariana e sua enorme capacidade de direção nacional. Com o tempo, acreditava que isso se inverteria, pois a raça superior tende a absorver a inferior em seu caldeamento progressivo. O que não deixa de soar esdrúxulo, pois nossa salvação nacional viria de fora, com a entrada gradativa e massiva de imigrantes. Uma solução exótica para nosso exotismo original.

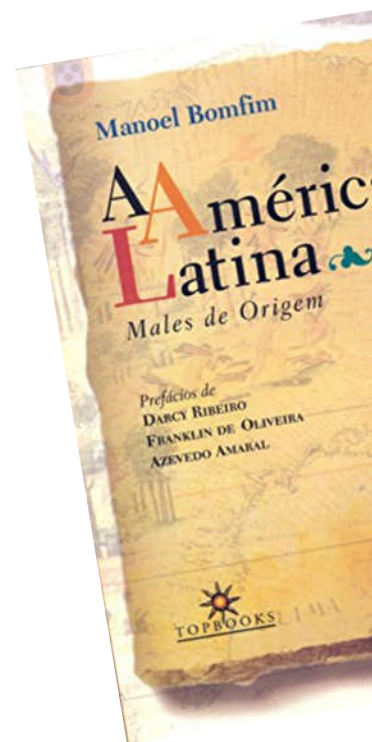
Uma combinação *sui generis* de anticolonialismo e nacionalismo

Todo o pensamento de Manoel Bomfim é construído na perspectiva de uma luta contra a exploração colonial, equiparada, com ligeira complacência, à luta contra a exploração capitalista. Neste sentido, forçando um pouco a in-

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 271.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 108 e 109.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 283.



terpretação, está subentendida uma leitura da história da América Latina como parte integrante do desenvolvimento do capitalismo mundial. Não se encontrou nas obras analisadas nenhuma citação de Rosa Luxemburgo, mas tudo leva a crer que ele tenha tomado conhecimento de suas polêmicas e até de sua simpatia pelas lutas anticoloniais. Isso não só porque Bomfim cita diretamente Lenin, com quem Rosa Luxemburgo polemizou a respeito da questão, mas porque antecipa muitas das ideias de “subdesenvolvimento” referentes à América Latina, desenvolvidas por obras como a de Caio Prado Júnior, por exemplo. Bomfim desenvolve então um argumento bastante interessante para mostrar que grande parte do desenvolvimento do capitalismo europeu deu-se às custas da exploração das colônias americanas.

Mas apesar de uma certa leitura do atraso brasileiro, ele não se insere na perspectiva dos que reclamam para o Brasil um progresso similar àquele experimentado pelas nações europeias, no que está bem adiantado na discussão. Negando a ideia de progresso linear, de universalidade histórica, acaba até por relativizar a ideia de “atraso”. No que acaba, também, por cair na ilusão de todos, de que o desenvolvimento equiparável ao do Primeiro Mundo, embora não desejável, era possível. Criticando a “exclusiva preocupação” (*sic*) da classe dirigente com o crescimento econômico, diz que “com os seus programas de governo”, o Brasil poderia até chegar “ao vértice de toda a glória”, caso “somássemos uma riqueza comparável à do inglês, ou do norte-americano”, mas isto não melhoraria em nada a condição social do povo brasileiro, ao contrário, aumentaria mais a diferença entre os que possuem e os que não possuem. Em outras palavras, vê a exploração colonial, vê a exploração de classes, mas não entende os entraves que cria para o desenvolvimento nacional e nem a forma como reproduz a exploração dos oprimidos em seu país.

A coisa é meio truncada, mas tem um certo sentido, que vale a pena seguir. Em primeiro lugar ele quer mostrar que, se existe um “atraso” relativo das nações latino-americanas, deve-se ao contexto de exploração em que se inseriram no processo colonial. Em segundo lugar, quer mostrar que a associação entre realidades latino-americanas e atraso corresponde a um estigma, ou preconceito original, que teria por objetivo justificar a ação colonialista dos países europeus. E por isso seria preciso então negar este atraso. Em que sentido éramos atrasados? Para isso recorre à ideia de “peculiaridades” histórico-culturais destes países, e em particular do Brasil. Isto é, o atraso seria simultaneamente uma realidade e um estigma. No conjunto da obra, seu orgulho nacional ferido acaba por dar maior importância ao segundo lado do problema, o que o impede de levar mais longe sua visão do atraso brasileiro e suas conexões com a modernidade.

Bomfim abre a primeira parte de seu livro *A América Latina* (1905), obra que inaugura a série visando estudar a história do Brasil, falando da imagem preconceituosa da opinião pública europeia em relação à América do Sul, que a ignorava como um “pedaço de Ocidente” e imputava-lhe a incapacidade de se organizar em “verdadeiras nacionalidades”, ao mesmo tempo em que desenvolvia a opinião de ser “este o continente mais rico do globo”. Nessa visão a América do Sul seria tratada como uma criança necessitada de assistência: “Quando os publicistas europeus nos consideram como países atrasados, têm certa razão; mas não é tal juízo que nos deve doer, e sim a interpretação que

dão a este atraso, e principalmente as conclusões que daí tiram, e com que nos ferem”.⁴²

Por trás de tais opiniões estaria o interesse dos países europeus em expandir-se para o continente sul-americano. Por isso seria preciso fugir às aparências das opiniões correntes, para chegar a uma leitura menos “deturpada” da realidade brasileira, buscando uma explicação menos ligada ao ponto de vista do colonizador europeu e mais ligada à “visão dos explorados”.⁴³ Segundo esse ponto de vista, os portugueses não vieram ao Brasil para trabalhar, o “gênio aventureiro” não os impelia a isso. Queriam apenas juntar o máximo de riqueza possível no menor prazo, e com o menor esforço. “O português tinha o seu pensamento encoberto, elaborado à lei da natureza: para que regularizar tributos, monopolizar comércio, coisas para amanhã, quando se pode arrasar a cidade e levar logo todo o ouro, de uma vez, para bordo?”⁴⁴

Esta explicação da ética do colonizador português lembra bastante o “tipo aventureiro” de Sérgio Buarque de Holanda, muito embora as consequências de tal análise sejam distintas em um e outro. Sobretudo porque Bompfim não vê as consequências disso para o tipo de capitalismo que se instalaria no Brasil.

Do “parasitismo heróico” e “aventureiro” dos primeiros contatos, passou-se ao “parasitismo sedentário”. Enquanto houve “riqueza acumulada” o português foi “depredador, guerreiro, conquistador”. Esgotadas as riquezas, ele “fez-se sedentário”, escravizando as populações nativas e fazendo-as produzir riquezas para ele, seja “cavando a mina ou lavrando a terra”. O importante neste processo é que uns trabalhassem e outros vivessem à sombra do trabalho: “Todas as classes se incorporaram ao parasitismo. O Estado era parasita das colônias; a Igreja era parasita direta das colônias e do Estado [...] a nobreza ou parasitava o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado”.⁴⁵

O resultado deste regime em que só se almejavam riquezas fáceis — ou, para usar um termo de Sérgio Buarque, só “aquilo que se oferecia à mão” — era não somente a ostentação do luxo e o esbanjamento, mas sobretudo a desqualificação social do trabalho. Graças ao “parasitismo” as classes sociais eram “confundidas” e todos olhavam com desdém para as “profissões mecânicas”. O povo “embrutecia-se”, perdendo o “hábito do trabalho e o vigor da inteligência”. Também aqui se pode ver certa similaridade com a leitura buarqueana de nosso capitalismo atrasado, embora a formulação de nosso autor seja um tanto truncada.⁴⁶

O abandono dos trabalhos do campo, o baixo nível técnico da agricultura, a ignorância absoluta das populações rurais, a ausência de indústria e de trabalho na cidade e a “rotina” eram quase uma decorrência natural de tal situação. As lavouras ficavam isentas do mais simples trato, e no fim de alguns anos “o solo está esgotado, a terra está cansada, a ignorância não sabe

⁴² BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 43-49.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 50.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 92.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 100.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 103 e 104.

como fertilizá-la, o plantio não dá mais lucros”. E desde que houvessem escravos suficientes, partia-se para nova terra, recomeçando tudo outra vez. Um processo itinerante e predatória de produção que só fazia depauperar as bases da economia colonial.⁴⁷

Antecipando talvez uma das questões mais interessantes da obra de Caio Prado Júnior, Bomfim divide a sociedade colonial em duas classes “perfeitamente distintas: os escravos índios e pretos, e as várias sortes de instrumentos que a metrópole atirava para lá, a fim de apropriar-se do trabalho destes escravos”; e secundariamente, e pouco definidas na escala social, aquelas populações que se formaram à margem da grande produção, “núcleos de refugos, revéis, escravos fugidos, índios sobreviventes aos massacres, um ou outro branco desgarrado”. O escravo fazia tudo além da “moenda e da senzala”, daí não haver lugar para essa “população pobre e livre” no processo de produção. Ou, nas palavras do próprio autor: “Quando todo o trabalho nacional era feito por negros e índios cativos, quando era possível haver escravo para tudo, não havia lugar para o trabalhador livre [...]. E com isto resultou que o trabalho foi considerado vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer — ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer”.⁴⁸ Argumento com consequências de longa duração para um país que se acostumou a viver do trabalho alheio.

Desse regime econômico derivaria a forma de sua organização política. Primeiramente, era preciso entender, segundo Bomfim, que o aparelho político-administrativo visava garantir o “exclusivo metropolitano” do comércio. Criou-se assim um Estado em nada parecido com o “Estado moderno — garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante”. Não havia serviços públicos e a administração resumia-se ao fisco. O resultado desta situação era que a vida local nas colônias corria segundo os “caprichos” dela. Isto é, o poder central, não conseguindo se fazer sentir nos pontos mais afastados da colônia, deixava aos grandes senhores “toda a plenitude de ação”, desde que pagassem o fisco e não pensassem em “modificar o regime social e político”. Ali eles não só organizavam a vida política e econômica, mas eram também os responsáveis diretos pela justiça, que se tornava “mais a expressão arbitrária de um instinto do que a aplicação regular de um princípio”.⁴⁹ A ideia de ausência de um princípio abstrato ordenador da realidade nacional, é outro argumento com consequências na longa duração, como sabemos bem hoje.

Assim, instaurou-se no Brasil um Estado alheio à nacionalidade, um “Estado-colônia” cuja única função era “regularizar tributos”, deixando correr à solta o egoísmo das “classes refratárias”, isto é, aqueles elementos ou grupos sociais que vinham representar, direta ou indiretamente, “os interesses parasitários da metrópole”. Aqui aparece a ideia de que a dicotomia explorador/explorado no plano internacional define, para o plano nacional, a dicotomia “dominantes e dominados, trabalhadores e exploradores do trabalho alheio”. Com isso a luta não seria apenas contra a dominação portuguesa, personificação do próprio “atraso”, mas contra toda forma de exploração que se

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 130.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 131e 132.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 134.

apresentasse como um estorvo ao progresso da sociedade em direção à igualdade e à justiça: “Em verdade, no Brasil, a luta entre os nacionais radicais e estes elementos não é uma luta de nacionalidades: é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante — dos parasitas e parasitados”.⁵⁰

Mais importante do que as consequências políticas do regime colonial são as consequências para a “vida social e intelectual”. A população aparecia então como uma “massa heterogênea, instável, cindida em grupos” e em constantes atritos, odiando-se mutuamente e tendendo à dispersão. A falta de solidariedade entre os grupos seria o resultado do regime de trabalho escravo, uma massa estranha à nacionalidade. A partir do grande senhor formou-se uma “fidalguia territorial” que vivia superposta a uma massa de escravos “bestializados” e “embrutecidos”, tendo ao redor uma população miserável, “pobre e livre”, formando o grosso da nação:

*Nos interstícios dessa malha de feudos, uma população de mestiços, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animada de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os vícios e defeitos [...] Nas cidades, as autoridades, o fisco, a tropa, tudo estrangeiro e hostil à colônia [...] Fora disto o resto da cidade é a continuação das fazendas, o lugar de recreio do colono [...] A violência é a marca da perversão dos costumes e da moral; a família é um pedaço de tribo, semi-patriarcal, degradada pela ociosidade sobre o trabalho do negro, pervertida pelo espetáculo permanente dos bárbaros tratamentos e castigos infligidos ao escravo.*⁵¹

Como dito, ao contrário de autores como Sérgio Buarque de Holanda, que se põe na perspectiva da construção da modernidade, Bomfim, ao mesmo tempo que nutre a esperança na razão e no progresso como base para a justiça na terra, tem contra ela sérias reservas. A formulação é bastante confusa. Suas leituras de Marx, ao que tudo indica, são bastante incipientes e não dá pra dizer até onde compreendeu o problema do fetiche da mercadoria, que é, inclusive, uma discussão bastante marginal dentro do marxismo. Por outro lado, foi muito influenciado pelos socialistas utópicos, mormente Saint-Simon e Fourier. Desta confusão teórica resulta que, apesar de esboçar uma certa dialética do atraso e do moderno, acaba por ser tragado pelo nacionalismo da época e pela necessidade de afirmação nacional. Assim, após ter duramente criticado o apego à tradição e à rotina, ele lança sua crítica contra aqueles que romperam com a “tradição nacional”, base concreta para a realização do “progresso humano”.⁵²

Em *O Brasil na América* pode-se perceber, segundo o próprio Bomfim, uma certa desilusão em relação aos destinos da nação e uma igual mudança de tom em relação ao primeiro livro. Este livro foi escrito em 1929, num período de grande eferescência política e social. Portanto, tal desilusão está relacionada à sensação de impotência de Bomfim frente aos grandes esquemas da política oligárquica, particularmente considerando-se a sua origem social, de uma das mais tradicionais famílias de senhores de engenho de

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 210 e 231.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 145-147.

⁵² *Idem*.

Sergipe, que nesse momento encontrava-se completamente alijada da cena política nacional.

Portanto, se no livro *A América Latina* o elemento português era identificado, de maneira negativa, como o “tipo aventureiro” buarqueano, fonte de atraso e rotina, agora ele é identificado com o tipo heroico, guerreiro e combatente. Aqui a “expansão territorial” e o “desejo de crescer e aventurar” não são apresentados como impulso para a busca de riquezas fáceis, mas como fator para realização de uma “nação forte”. E nisto se aproxima de Oliveira Vianna. Ao contrário do “português parasita”, no “português heróico” a sua grandeza “vai além do império que criou, e das riquezas que conquistou, porque tem de ser apreciada e medida na decisão com que foi formulado o plano de explorar e descobrir, e na força de ânimo com que tal plano foi executado”.⁵³ São estas as origens históricas do tipo desbravador bandeirante, que ao contrário do colono ocioso e degenerado do primeiro livro, é fonte de energia e trabalho. Em outras palavras, o português deixa de ser identificado com o estrangeiro a ser subtraído da nacionalidade, operação impossível, bem entendido. Mas a solução é bem esquisitona: deixa de ser estrangeiro e passa a integrar a tradição nacional.

Mas, dadas as voltas do parafuso, nem mesmo ele se convence que o “tipo nacional” pudesse ser encontrado no português heroico, apesar de toda a sua importância para a nossa formação. E mais uma vez adiantando-se em certa ordem de análises que viria depois, com Gilberto Freyre e outros, destaca-se aqui a ideia do povo brasileiro como algo distinto dos povos que o compuseram, nem português, nem índio, nem negro, mas um novo tipo social. No “povo brasileiro” encontrar-se-iam “essas três raças, diferentes, muito diferentes”.⁵⁴ Assim, mais uma vez distanciando-se de Oliveira Vianna, a miscigenação ganha contornos positivos e definidores. O caráter polêmico volta-se contra as teses racistas predominantes na época, a sustentar o preconceito europeu contra os latinos, povos “degenerados”, porque compostos da mistura de raças diferentes.

Com isso, a colonização do Brasil toma um outro colorido, o da “mistura”, da “homogeneidade populacional”, da “unificação”, em tudo contrafeito aos aspectos degeneradores e dispersivos impostos pela escravidão à sociedade, conforme o livro *A América Latina* havia pintado. No Brasil, ao contrário das colônias espanholas, “a escravidão era, apesar de tudo, bem mais assimiladora”. Nas colônias espanholas o indígena era elemento à parte da população, não sendo a ela incorporado, mas, ao contrário, segregado. O castelhano “tendia ao puro senhorio sobre o índio; o português, à sua incorporação pela franca mistura”. O resultado disso seria uma espécie de “democracia racial”, onde a distinção social fazia-se apenas por questões de nascimento e fortuna, nunca de cor.⁵⁵

Para Bomfim “o Brasil se fez a custa de desenvolvido cruzamento”. A realidade do povo é “mistura, já agora indestrinçável, mistura que poderá realizar um novo tipo etnográfico”.⁵⁶ Aqui o autor debate com Agassiz, Gobi-

⁵³ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 30 e 31.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 147-150.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 196.

neau, Lapouge, Le Bon, Pearson e todos os adeptos no Brasil da teoria da “superioridade das raças puras”, que condenam os cruzamentos com as ditas “inferiores”. No Brasil o representante principal das teses racistas seria, segundo Bomfim, Oliveira Vianna. Retomando sua perspectiva anticolonial, Bomfim encara a teoria das raças como uma justificativa ideológica da dominação colonial:

Os espíritos realmente humanos bem reconhecem que tudo não passa de simples pretexto, com que os povos poderosos e injustos investem contra as populações mais fracas. A verdadeira ciência tem proclamado já: que o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura. Há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas, mas diferença essencial de valor psíquico, não.⁵⁷

Em suma, olhando nossa história, possuíamos qualidades para ser uma grande nação — “espírito de união, solidariedade patriótica, cordialidade nas relações internas” — mas os entraves coloniais, substância do mesmo passado que nos fornecia estas qualidades, sufocava-nos. Em seu último livro, *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, Bomfim busca esta síntese impossível entre o que éramos e o que poderíamos ser, a síntese entre “bragantismo” e “americanismo”, conforme suas próprias palavras. A intenção é realista, como o próprio subtítulo indica. O efeito nem tanto. De todo modo, o livro retoma as dimensões críticas do primeiro de sua série histórica.

O conceito de bragantismo remete à ideia de uma “classe” ou de uma “casta dirigente” que se perpetua no poder, usando-o como meio de vida. Para isso, faz arranjos e negociações escusas com as outras classes importantes da nação, como os cafeicultores. Além de interesses próprios, esta classe possui também uma mentalidade própria. Apesar de admitir novos elementos, trata-se de uma classe que se reitera no tempo de diferentes maneiras: despotismo, mandonismo, fraude eleitoral, etc. Seja como for, e a despeito das muitas mudanças por que passaram o Brasil, a herança bragantina permanece, pesada, a arrastar-se e sufocar com seu peso a jovem nação e sua “herança americana”. O conceito lembra o de patrimonialismo, mas definitivamente a referência de Bomfim não é Weber. Então, vejamos seu desenvolvimento.

Resumindo é o seguinte, o Brasil, em sua formação como nação independente, teve quatro revoluções, abortadas e incruentas: “Independência, abdicação, abolição e república”. E nisto residiria a força do bragantismo, a se impor reiteradamente à nação. Abortadas e incruentas por que guiadas por “motivos ocasionais e imediatos”, sem atacar as “causas essenciais dos males a curar”. O que lhes faltou, precisamente? Uma ideologia. Está implícito, então, que o liberalismo, mesmo o mais exaltado, não podia cumprir este papel nas condições brasileiras: “Sob o unto de liberalismos vazios e desconexos, a Constituição de 1824 foi a forma própria para iludir a situação política do momento, mantendo, em essência, toda a aparelhagem do regime anterior

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 207.

(Colônia), e com a qual o Bragança continuava a ser, praticamente, o senhor do Brasil”.⁵⁸

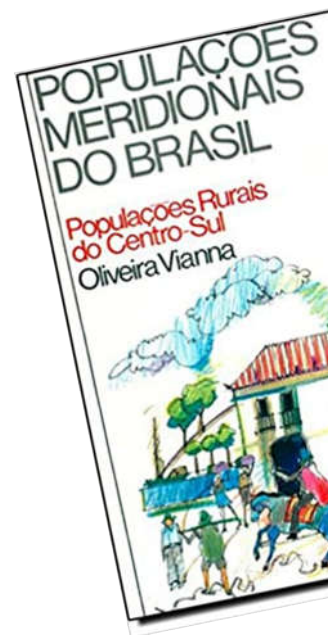
Falta de ideologia, “a independência se concretizou na atitude do príncipe”. Em outras palavras, um golpe, cuja realização definitiva viria pouco depois, com a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e a instituição do Poder Moderador, engrenagem política essencial de todo o Império. Assim também a “proclamação da República”, com o marechal Deodoro à frente, mas que nem por isso deixou de contar com a adesão ou o apoio de liberais históricos como Quintino Bocaiuva. Em outras palavras, a política no Brasil se resumia a uma “política de personalidades”, válida mesmo para a oposição: “ataques a Pedro I e os seus Paranaçuá; ataques a Feijó, ataques a Pedro II e aos seus Paraná, e Zacarias, e Itaboraí, e Soares de Souza, e Cotegipes...”, mas programa para a nação, nenhum. Em suma, sem princípios ou ideias, sem participação popular, “sem lesão efetiva dos privilégios condenados”, e, sobretudo, “sem a integral substituição da classe dirigente”, nada de renovação política de verdade. A citação é longa, mas vale a maçada, até por sua incrível atualidade:

*Em verdade a realidade de uma revolução depende de um ideal capaz de inflamar, orientando um programa bem concreto — das mutações a fazer, dos processos a seguir, e da inevitável substituição do corpo dirigente. Em vista ao progresso, toda legítima revolução, já o dissemos, exige a eliminação da classe onde se incorpora o arcaísmo banido. Tal não seria possível no nosso país. Devido a essas mesmas condições herdadas, os ideais não chegavam a ser clarão sobre as consciências; valiam potentemente, pois que vinham de necessidades profundas, porém, mal se distinguiam na ganga dessas mesmas necessidades [...] Vida política que se consubstanciava em mandões, a do Brasil não pedia, nem comportava convicções [...]. Levavam-nos as formas em que se encontravam aproveitadas para satisfação dos apetites pessoais. Os raros Feijó e José Bonifácio não poderão fazer obra com eles, nem prevaleceram. Toda essa gente que vem dos adesistas à Independência, os moderados de 1831, até os escravocratas — liberais ou conservadores convertidos em abolicionistas a 13 de maio — e os adesistas de 1889; toda essa gente acreditava poder, realmente, ser independentista, liberal, abolicionista e republicana... Os mais desabusados não demoravam em refletir incompatibilidades. E, todos, entraram para as revoluções do seu tempo, anulando-as nos feitos essenciais.*⁵⁹

A fórmula é conhecida, mas inusitada para um ilustre desconhecido como Manoel Bomfim: as ideias novas que chegam ao Brasil, rápido se adequam à mentalidade gerada nas condições históricas do país e, com isso, perdem seu sentido e seu teor revolucionário. Assim se explica que já no fim do regime escravista uma sucessão de ministérios liberais se tenha empenhado em resistir ao avanço da campanha abolicionista, cujo ícone foi Martinho Campos, que em 1881 “ensoberba-se de ser escravocrata da gema”. E assim, mudamos sem mudar. Nas palavras do próprio autor: “No encontro dessas mentalidades, feitas no regime condenado, com a abstração condutora do movimento, não será a abstração que dobrará as mentalidades, se não estas que

⁵⁸ BOMFIM, Manoel Bomfim. *O Brasil nação: realidade da soberania nacional*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 75.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 368 e 369.



se dobrarão”.⁶⁰ A democracia e a república jamais poderiam surgir daí, desta mentalidade moldada nas condições coloniais de nossa formação. O progresso jamais poderia advir do atraso. Mas nisso sabemos que estava enganado nosso autor. O progresso não só virá, como conviverá harmonicamente com ele. Ou seja, apesar do avançado de suas elaborações, faltou a Bomfim a dialética. E isto, em grande parte, se deve à barreira teórica criada pelo positivismo, somada à incipiência da classe operária no país.

De todo modo, acho que vale a pena ir um pouco mais além em seu socialismo, aqui já não tão utópico quanto na primeira obra, mas ainda a meio caminho do marxismo. Antes de mais nada, mesmo reconhecendo o aspecto de fachada de nosso liberalismo e as dificuldades históricas de inserção das massas na cena pública do país, ele é um democrata intransigente. Como vimos, fez duras críticas ao imperialismo e à Guerra, assim como à escravidão no país. E apesar da influência difusa que sofreu, como quase todos em sua época, manifestou-se contra o positivismo, particularmente em sua forma política, responsável por mudanças importantes no novo regime, como a separação entre Igreja e Estado e o casamento civil, mas inócuo quando o assunto é es-escravo e operário. Por suas fórmulas vazias, como “incorporação do proletariado na sociedade moderna”, o positivismo, tanto quanto o bacharelismo liberal, “destinadas, embora, à efêmera ressonância do momento, essas pretensões abafaram e iludiram o renascer do Brasil para a democracia”.⁶¹

Mas também não tem muitas ilusões quanto à democracia. Sabe perfeitamente que mesmo nos países onde ela é expressão legítima do desenvolvimento econômico e social, ela não passa de uma miragem burguesa. Mas sabe igualmente que mesmo a burguesia tem consciência de que uma certa dose de igualdade é salutar para o capitalismo. E sendo assim, abre caminho “para a conquista da legítima democracia na eliminação de todo domínio de classe”. Não vai direto ao ponto, mas dá pra ver que a revolução que defende poderia vir pelas urnas, desde que predominasse um autêntico regime eleitoral, o que no Brasil tá fora de cogitação. Como seria aqui, então?

Vejamos. Apesar de toda fraseologia burguesa, como “classe ociosa” e “classe parasitária”, que vem de Saint-Simon, seu conceito de “bragantismo” tem certo refinamento teórico de classe que, sem dúvida, se deve a suas leituras de Marx. A “classe dirigente” do país, “até hoje dominante”, nela incluída “exército, juristas...”, inscreve-se em uma “tradição” que vem dos tempos coloniais. Por tradição entende-se não só um conjunto de “manifestações próprias” à classe, como também uma certa “generalização: mentalidade, conceitos, sentimentos, processos de conduta”. É impossível a um indivíduo pertencer a uma classe e fugir à “respectiva tradição”, “porque em cada individualidade se reflete a condição da solidariedade no grupo”. Quando ele vem de outra classe, desde que se incorpora à nova, assimila por completo “seu espírito”.⁶²

Bomfim fala em “entrar para” e “aceitar” pertencer à nova classe. Segundo Lukács, que Bomfim não leu, os caminhos que levam à formação da

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 370.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 434.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 452 e 453.

consciência de classe são complexos e nada lineares.⁶³ Mas só os intelectuais teriam liberdade para “escolher” a classe social à qual desejam pertencer, isto porque eles, não estando ligados diretamente à esfera da produção, não conformam uma “classe em si” mas “para si”. Obviamente, essas sutilezas da discussão marxista não chegaram a nosso autor. Por isso ele pensa qualquer classe como “livre flutuante”. De todo modo, é claro em Bomfim seu radicalismo, ainda que seu socialismo seja um lusco fusco entre marxismo e pré-marxismo:

Não há verdadeiras reformas sociais, com modificações radicais nos intuitos e nos processos políticos de um povo, senão por meio de revoluções completas, em que haja, além da substituição de programas, e de processos, a de gentes; por isso mesmo, serão frustrados todos os movimentos políticos que deixem o poder e a máquina administrativa com os antigos servidores, em que refaz toda a substância do antigo regime. Em razão desse império das tradições de classe, e porque os primeiros dirigentes brasileiros foram continuadores imediatos da tradição política portuguesa-bragantina, nos que se lhe seguiram, encontramos todos os defeitos e vícios dessa política, que moldou a dos governantes brasileiros — Império ou República.⁶⁴

Segundo Bomfim, um elemento ativo e fundamental na renovação, ao longo do tempo, deste “espírito de classe” foi o “bacharel em direito”. Preparado em Coimbra e, depois, nas faculdades de direito que se abriram no Brasil, ele conforma “a generalidade dos nossos políticos e estadistas”, bem como dá “o tom à mentalidade dominante e exprime a sua ideologia”.⁶⁵ Esta ideologia tem desprezo pela liberdade, apesar de tê-la como princípio, e obsessão pela ordem, uma “ordem passiva e fixa” que busca reproduzir, a fim de manter os privilégios de sempre. E aqui há certo sentimento da dialética.

Em suma, a libertação não poderia vir de nossa classe intelectual, tragada, quase toda ela, pela tradição bragantina. O povo, por sua vez, encontrava-se mergulhado na miséria e no analfabetismo. Desde o primeiro livro, Bomfim chamava a atenção para os efeitos revolucionários da educação em um país com quase noventa por cento de analfabetos. Difícil discordar. Mas aqui ele se coloca uma questão crucial: quem poderia fazer uma obra desta magnitude senão o próprio Estado?! Suas primeiras conclusões são pra lá de pessimistas: “E, assim, nos encontramos num círculo, que os processos comuns não permitem romper: a atual classe dirigente nunca fará a educação popular”.⁶⁶

Mas já no fim do livro exaspera-se e conclama uma revolução vertical e violenta, como única solução possível. A fórmula é vaga e retórica, pois lhe falta o substrato material, o mesmo que faltou ao liberalismo escravista dos oitocentos. Já falamos anteriormente da situação da classe operária e sua organização incipiente no país no início do século XX. É bem verdade que já existia uma dúzia ao menos de partidos e associações de classe. E até o Partido Comunista já havia sido fundado por esta época. Mas o engajamento de Bomfim era apenas literário e vagamente humanitário. Seja como for, a fórmula aí está:

⁶³ Ver LUKACS, Georg. *História e consciência de classe*. Lisboa: Escorpião, 1989.

⁶⁴ BOMFIM, Manoel Bomfim. *O Brasil nação*, op. cit., p. 453.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 454 e 455.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 519.

Anuncia-se o remédio: uma política orientada para os que trabalham, e cuja pena permitiu acumular-se riqueza, política onde a capitalização se faça em benefício da comunidade, não havendo outros direitos além do mesmo trabalho [...] mas, não há meio de que a indispensável e radical reforma se faça na simples decorrência da política normal: os que desfrutam os formidáveis privilégios financeiros e econômicos, servidos pelos que exploram imediatamente o governo; todo esse bando resiste e resistirá ferozmente, e, com ele, é todo o passado mau que se perpetua. Só há um modo de ter razão contra uma tal resistência: a destruição do mesmo passado, para integral substituição da classe dirigente, com a sua total inclusão na grande massa dos que trabalham e produzem.⁶⁷

E esse movimento de regeneração teria de vir “de baixo, do próprio povo”. Mas eis então que Bomfim se encontra de novo perante o mesmo dilema anterior, para o qual não vislumbra solução: como poderá o povo elevar-se politicamente desta forma, a ponto de conduzir a revolução regeneradora da nação, sem o devido preparo? Aqui Bomfim é vítima de sua Ilustração, pois confunde esclarecimento com consciência de classe. Com isso fica preso no dilema da tomada de consciência: sem esclarecimento o povo não fará a revolução, mas sem revolução nunca alcançará o esclarecimento:

Repete-se: que a necessária regeneração tem de ser inicialmente uma obra de educação e formação do povo. Sem dúvida: é indispensável que a massa da nação brasileira suba de nível — mental e social, mediante sistemática educação. Mas tanto só se realizará quando o povo for senhor dos seus destinos [...] Contudo, como poderá esta pátria investir para a libertação, e ensaiar as formas de um destino melhor, se se encontra tão nula e desorganizada? [...] E como a massa do povo é ainda valor indefinido, há que contar, repita-se, com o espontâneo dessas mesmas energias essenciais: a premência das necessidades revelando caracteres de ação, delineando programas, definindo formas.⁶⁸

Por fim, aposta todas as suas fichas nos limites da privação a que chegou o povo brasileiro, como centelha de uma “reação explosiva”, que levará à necessária revolução. Mas depois de mais umas voltas do parafuso, em que chega a admitir que a situação de atraso relativo do país seria uma vantagem, recai no dilema novamente e é aí que seu messianismo se evidencia: “É um movimento para a grande maioria da nação, mas inspirado e derramado nos ânimos por uma minoria ativa, intelectual, esclarecida, absolutamente desinteressada, sinceramente exaltada, cordialmente revoltada contra a injustiça, sublime de abnegação, capaz de produzir, em intensidade de propulsão, o que lhe falta em desenvolvimento”.⁶⁹

Conclui-se que a ausência da expressão “revolução proletária” e o abuso da palavra “povo” é proposital. “De socialização rudimentar, concretamente atrasado, o Brasil não pode contar com a imediata solução comunista”. “O proletariado brasileiro mal se define como classe, tanto se continua nele o escravo de ontem”. Nestes termos, a “revolução necessária” terá de ser “missão nacional”. Terá de ser espontânea, dado o nível de desorganização das mas-

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 558 e 559.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 562 e 563.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 569.

sas, mas terá de ser guiada pelas cabeças luminosas de alguns intelectuais humanistas e interessados na solução do problema nacional. Chega a citar o México como modelo para a revolução brasileira, no que é bastante realista, dada a profundidade e a extensão do problema fundiário no país. Portanto, “nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimanava diretamente da situação histórica e geográfica do país”.⁷⁰

Por fim, conclui, já nas últimas páginas do livro, que “nossa revolução” não seria “armar motins”, mas preparar a “propaganda luminosa”, “formar uma opinião incompatível com a desigualdade”. Do que se deduz sua incapacidade em se decidir pelas duas pontas da questão, pensamento e ação, com a dialética fora, obviamente. Mas apesar dos dilemas insolúveis, Bomfim está adiantado da discussão sobre o socialismo como problema nacional. É o que se pode concluir para um livro que nada tem de conclusivo, frente a um problema que até hoje dividi opiniões.

Em suma, a sensação de desconcerto das ideias modernas em contexto atrasado (colonial) não desaparecerá com o fim da escravidão e a superação teórica do liberalismo. Certos intelectuais mais sensíveis, apesar da visão limitada da realidade, a sentirão e expressarão de diferentes modos. De certa forma, é o que continuamos, ao menos alguns de nós, ainda a fazer. Com tanta razão quanto naquele tempo, já que, segundo muitos, estamos a voltar aos tempos da Primeira República, quando o trabalhador não tinha nenhum direito e o movimento de trabalhadores era tratado como caso de polícia. Neste sentido, continuamos tão desafinados quanto antes.

Em seu tempo, Oliveira Vianna não apresentará nenhuma solução para nossa contradição entre universal e particular. Manoel Bomfim também não chegará a nenhuma síntese do tipo. Mas chegará bem mais perto, pois vê na colônia o atraso, visão impossível a Oliveira Vianna, devido a suas idealizações do passado colonial. Aliás, adiantando-se a análises que só viriam muito depois, com Sérgio Buarque de Holanda⁷¹ e Caio Prado Jr.⁷², Bomfim vê na exploração colonial a razão do atraso brasileiro. E nisto vai certa visão da totalidade histórica do capitalismo, muito pouco comum à sua época. Suas fontes são, neste caso, como vimos, Marx e Lenin, ainda que tenha sofrido toda uma influência difusa e tardia do socialismo utópico. Mas não estará imune às idealizações do passado colonial, na busca eterna e insolúvel, ao menos até o momento, da originalidade e da solução nacional.

Artigo recebido em 7 de agosto de 2019. Aprovado em 21 de outubro de 2019.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 570-572.

⁷¹ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de., *op.cit.*

⁷² Ver PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.